

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**SEM OBSTÁCULOS PARA O SABER:  
UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A  
GESTÃO ESCOLAR**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Tania Mara Knaak Buttura**

**Constantina, RS, Brasil  
2011**

**SEM OBSTÁCULOS PARA O SABER:  
UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A  
GESTÃO ESCOLAR**

**por**

**Tânia Mara Knaak Buttura**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção de título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Elaine Maria Dias de Oliveira**

**Constantina, RS, Brasil  
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização em Gestão Educacional

**SEM OBSTÁCULOS PARA O SABER:  
UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A  
GESTÃO ESCOLAR**

elaborada por  
**Tânia Mara Knaak Buttura**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialização em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Elaine Maria Dias de Oliveira, Ms. (URI/UFSM)**  
(Presidente/ Orientadora)

**Leonardo Germano Krüger, Ms. (UFSM)**

**Ana Paula da Rosa Cristino, Ms. (UFSM)**

Constantina, 17 de setembro 2011.

## Resumo

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **SEM OBSTÁCULOS PARA O SABER: UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A GESTÃO ESCOLAR**

AUTORA: TANIA MARA KNAAK BUTTURA

ORIENTADORA: ELAINE MARIA DIAS DE OLIVEIRA

Data e Local da defesa: Constantina/RS, 17 de setembro de 2011.

A inclusão de alunos com necessidades especiais em turmas de ensino regular trouxe para as escolas um desafio muito grande, na busca de recursos físicos e pedagógicos para que se tornasse possível uma educação para todos, na qual acontecesse interação e aprendizado. Depois de mais de uma década que foram lançadas as sementes da escola inclusiva, com esta pesquisa de campo, de cunho qualitativo, buscou-se investigar como a educação inclusiva está sendo aceita por professores e gestores de escolas municipais e estaduais dos municípios de Novo Xingu/RS e Constantina/RS, analisando os aspectos físicos, sociais e educacionais que propiciam a inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas de ensino regular e, até que ponto as políticas públicas garantem o sucesso dessa empreitada. Para tanto, aplicou-se um questionário como instrumento de coleta de dados junto aos gestores e professores das escolas que tem alunos incluídos, bem como, uma observação *in loco* para verificar as condições de acessibilidade, e os recursos disponíveis dentre os necessários ao sucesso de tamanho compromisso imposto as escolas e aos professores. Dentre as dificuldades apresentadas pelos gestores e professores, as principais continuam sendo a falta de qualificação e de recursos para se trabalhar com estes educandos. Quanto as políticas públicas percebe-se que tem uma dívida grande principalmente em relação formação dos recursos humanos e ao aparelhamento das escolas para que esse desafio se concretize de forma plena. Em termos gerais, pode-se afirmar que houve avanços positivos para que se eliminassem os obstáculos ao saber dos alunos incluídos nas escolas desses municípios, principalmente em relação ao se tratar das diversidades, a educação conseguiu superar as barreiras do preconceito, dando os educandos uma vida mais digna, sendo aceitos e respeitados pela sociedade.

Palavras chaves: Educação inclusiva. Gestão escolar. Políticas públicas.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **SEM OBSTÁCULOS PARA O SABER: UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A GESTÃO ESCOLAR**

(OBSTACLE TO KNOW:

A CHALLENGE FOR PUBLIC POLICY AND THE MANAGEMENT SCHOOL)

AUTORA: TANIA MARA KNAAK BUTTURA

ORIENTADORA ELAINE MARIA DIAS DE OLIVEIRA

Data e local de defesa: Constantina/RS, 17 de setembro de 2011.

The inclusion of students with special needs in regular education classes for schools has brought a great challenge in the pursuit of physical and educational resources that become possible education for all, which happened in the interaction and learning. After more than a decade have laid the seeds of the inclusive school, with this research field of qualitative character, we sought to investigate how inclusive education is being accepted by teachers and school administrators of state and local municipalities of Novo Xingu and Constantine, analyzing the physical, social and educational activities that favor the inclusion of children with special needs in mainstream schools, and the extent to which public policies ensuring the success of this enterprise. To this end, we applied a questionnaire as an instrument for collecting data from managers and teachers from schools that have included students as well as an on-site observation to check the accessibility, resources available and needed from the success of the imposed such a commitment to schools and teachers. Among the main difficulties presented by managers and teachers, it is still a lack of skills and resources to work with these students. As the public policy it is clear that also has a large debt mainly related human resources training and the equipping of schools for this challenge to materialize fully. In general, it can be said that there were positive developments that would eliminate obstacles to the knowledge of students in schools that included municipalities, especially in relation to the case of diversity, education can transcend the barriers of prejudice, giving the students a better life, being accepted and respected by society.

Keywords: Inclusive education. School management. Public policies.

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Entrevistas.....	35
----------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1 Objetivo Geral.....	9
1.2 Objetivos Específicos.....	9
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
2.1 Aspectos evolutivos da educação inclusiva.....	10
2.2 Inclusão: Direito de todos.....	12
2.3 A Gestão Escolar no processo de inclusão.....	14
2.4 Os Professores frente o desafio da inclusão.....	16
2.5 Políticas públicas que contemplam a inclusão.....	18
1.3 Metodologia .....	22
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>23</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>35</b>

# 1 INTRODUÇÃO

As recentes discussões em torno de uma educação de qualidade para todos nos faz pensar em parâmetros para a educação inclusiva. As escolas regulares a vários anos já estão sendo desafiadas a incluir alunos com necessidades especiais em seus quadros. Vivencia-se um momento especial, de transição, no qual objetiva-se romper barreiras no campo educacional. A inclusão de alunos com necessidade especiais e acessibilidade destes a todos os espaços são exemplos de barreiras a serem vencidas.

A inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas de ensino regular é um processo lento, cheio de imprevistos, sem fórmulas prontas, que exige muito empenho da gestão escolar, dos professores, dos funcionários, da família, enfim, de toda a comunidade escolar. Pois, na educação inclusiva não se espera que a pessoa deficiente se adapte a escola, pelo contrário, espera-se que esta se transforme de forma a possibilitar a inserção destes sujeitos, preparando seu espaço físico e pedagógico, fazendo com que cada aluno com necessidade especial, sinta-se parte do processo de ensino aprendido, podendo assim desenvolver suas potencialidades e capacidades.

A escola inclusiva desafia para a construção de uma sociedade que também será inclusiva, que viabilizará a oferta de serviços e atendimentos adequados às necessidades de todos os cidadãos, respeitando a cada um e cada uma com seu jeito de ser, agir e pensar.

A discussão acerca da educação para todos, trouxe para as escolas uma nova realidade, redimensionando as reflexões sobre a sociedade, exigindo também políticas públicas diferenciadas, que vem ao encontro deste momento que estamos vivendo, exigindo altos investimentos para que seja possível a acessibilidade de todos e em todos os lugares.

As discussões acerca da inclusão têm reflexos não só nos espaços escolares, mas na sociedade como um todo. É primordial que a educação assuma e inicie esse processo, aceitando estes educandos sem discriminação, oferecendo-lhes uma educação de qualidade, que respeite as diferenças e os deixe preparados para enfrentar a vida fora da sala de aula.

Para que a educação inclusiva aconteça, não basta somente matricular os

alunos em uma classe de ensino regular, é preciso desafiar os educadores para ir além, acolhendo e auxiliando para que essas crianças tenham acesso ao conhecimento, ensinando-as a ler, escrever, contar, somar, além de propiciar-lhes oportunidades de socialização, desenvolvendo nelas condições para que tenham uma vida digna e autônoma.

O que me desafiou a fazer esta pesquisa foi um aluno que tive na primeira série do ensino fundamental, no ano de 2005, o qual havia sofrido uma paralisia infantil, ficando com sequelas no cérebro e nos membros superiores e inferiores. Fiquei sem atitude ao recebê-lo em sala de aula, não sabia como ensiná-lo, pensei até em sair da escola, os colegas o discriminavam muito, ninguém queria ajudá-lo. Ele era um aluno muito revoltado, brigava muito, a cada manhã de aula recebia bilhetes dos pais para deixá-lo longe de seus filhos devido às agressões. Essa realidade me levou a questionar: A escola é obrigada a matricular em turmas regulares os alunos com necessidades especiais, isso é ser uma escola inclusiva? Na situação em que recebi aquele aluno posso afirmar que não, jamais ela foi inclusiva. Ela somente cumpriu com sua obrigação, não tivemos nenhum apoio pedagógico, nem mesmo recursos para este aluno, que tinha dificuldades até para segurar seu lápis de escrever. Por várias cheguei a pensar: “ele não vai aprender mesmo”.

Perante essa situação vivenciada e estando por vários anos fora da sala de aula, desafio-me a investigar a situação de algumas escolas de Novo Xingu/RS e Constantina/RS, analisando aspectos físicos, pedagógicos e sociais da educação inclusiva e como a mesma está sendo aceita pelos professores e gestores.

Esse trabalho será altamente relevante visto que poderão servir de elemento instigador para o aperfeiçoamento das políticas públicas de inclusão nestes municípios. Além disso, poderá incentivar os gestores das escolas e porque não dizer dos sistemas de ensino, a implantarem políticas de aperfeiçoamento profissional para todos os profissionais das escolas em relação à tão relevante tema.

## **1.1 Objetivo Geral**

Investigar como a educação inclusiva está sendo aceita por Professores e Gestores de escolas municipais e estaduais dos municípios de Novo Xingu/RS e Constantina/RS em relação os aspectos físicos, sociais e educacionais que propiciam a inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas de ensino regular e, até que ponto as políticas públicas garantem o sucesso dessa empreitada.

## **1.2 Objetivos Específicos**

- Conhecer escolas estaduais e municipais, de Constantina/RS e Novo Xingu/RS, que tenham alunos com necessidades especiais incluídos em turmas de ensino regular;
- Analisar a metodologia utilizada pelos professores das escolas com alunos incluídos e se existe sala de recursos ou atividades extracurriculares que auxiliem no desenvolvimento desses alunos;
- Observar se nas escolas existe rampas, corrimões e demais recursos que permitem a acessibilidade e o aprendizado destes alunos;
- Perceber os desafios que a gestão educacional e as políticas públicas têm que superar para que de fato as escolas sejam inclusivas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Aspectos evolutivos da educação inclusiva

Tornou-se comum em nosso dia-a-dia vermos e convivermos com crianças, jovens, adultos ou idosos com necessidades especiais, eles estão matriculados em escolas públicas de ensino regular, frequentam cursos de ensino superior, trabalham em empresas públicas e privadas, fazem trabalhos sociais, participam de grupos culturais, enfim levam uma rotina de vida normal. Mas, nem sempre foi assim, foram anos de luta contra o preconceito e a discriminação.

Segundo a cartilha do Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, elaborada pelo Ministério da Educação, antigamente os deficientes eram afastados e excluídos de qualquer convívio social, pois se acreditava em crendices absurdas e desumanas de que estes seriam pessoas amaldiçoadas, marcadas pelo demônio. Com o tempo a medicina foi se desenvolvendo, sendo construídos novos conceitos, neste período os deficientes eram tratados como doentes, criando-se um paradigma de institucionalização, ou seja, à pessoa deficiente precisava de cuidado e proteção, sendo que muitos eram acolhidos por asilos ou ainda por instituições de saúde, ficando afastados do convívio da família e da sociedade.

Mais tarde, com o trabalho incansável das Organizações Não Governamentais (ONGs), a deficiência não foi mais tratada como uma doença e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) assumiu os “excepcionais”, como passaram a ser chamados na época, pois era uma clientela que necessitava de uma política de educação especial, requerendo cuidados especiais no lar, na escola e na sociedade. Surgiram as escolas especiais e centros de reabilitação, pois se acreditava que estes seriam produtivos desde que recebessem um treinamento adequado.

Para Santos (2008) em sua publicação na Revista Inclusão, a educação especial foi fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1961, garantindo aos excepcionais o direito de educação no ensino regular. Nas escolas a inclusão começou a ser discutida nos anos 90, quando foram

lançadas as sementes da educação para todos e com isso a política da educação inclusiva que contou com o apoio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual regulamentava que os pais ou responsáveis eram obrigados a matricular os filhos em redes de ensino.

A partir daí iniciaram-se varias discussões sobre o assunto, em 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) número 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo V, no artigo 58, garantiu-se a legalidade da Educação Especial, entendendo-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 1996)

Apesar da obrigatoriedade, inicialmente apresentou-se certo desconforto, em matricular estes alunos. Para as escolas, devido à falta de recursos e infra estrutura para recebê-los, pelos professores não estarem preparados para trabalhar com estes alunos; já os pais, por seu lado, temiam mandar os filhos para a escola regular com medo de que eles pudessem ser excluídos e que não tivessem a devida atenção.

Embora, as orientações obtidas em diversas conferências, em especial da Declaração de Salamanca (1997), a respeito de como proceder para que essas crianças fossem incluídas no ensino regular, sabe-se que este momento inicial tanto para as escolas, seus gestores, seus professores, seus profissionais, bem como para os pais foi um momento de grande insegurança, dúvida e por que não dizer de certa revolta.

É evidente que se as orientações advindas da declaração, antes referenciada, estivessem sendo colocadas em prática em sua plenitude é possível que essa insegurança, que esse desconforto, que essa perplexidade a que fomos acometidos não se apresentasse, pois a declaração é clara quando expressa:

As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades; As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos [...] (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1997, p. 10)

No entanto, as escolas passaram a atender estes alunos utilizando os recursos que tinham a seu dispor, isto é quase nada, para não ser radical, do que eles necessitavam. Assim, ao trazer para a sala de aula essa dimensão da inclusão, os professores precisam fazer um esforço incomum, a fim de diminuir a exclusão e a discriminação dessas crianças, já que não foram preparados para trabalhar com essa demanda. Segundo Macedo (2005), tentou-se respeitar e conviver com as diferenças, valorizando e conhecendo as pessoas com necessidades especiais.

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças atuais e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais” (MITTLER, 2003, p. 16).

Com a inclusão criaram-se novas perspectivas redimensionando a qualidade da educação nas escolas públicas e privadas, buscando condições para acolher esta nova demanda educacional, a fim de atender cada aluno de acordo com a sua singularidade. Nesse processo de implantação do processo de inclusão nas escolas, convém lembrar que não se pensou somente nas pessoas que nasceram com necessidades especiais. Pensou-se, também, naquelas que por um ato acidental, por uma doença ou por outros problemas passaram a apresentar algum tipo de dificuldade de aprendizagem permanente ou momentânea, mas que não poderiam ser deixadas de lado, uma vez que fazem parte da escola e precisam se relacionar, conviver, enfim aprender.

## **2.2 Inclusão: direito de todos a educação**

Para Mantoan (2007) a inclusão é uma inovação que tem seu sentido distorcido e polemizado por vários segmentos educacionais e sociais. A seu ver a Constituição Federal de 1988 é clara e garante a todos o direito a educação, portanto, é preciso que alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou

temporários, mais graves ou menos severos, sejam inseridos no ensino regular. Entretanto sabe-se que garantir a todos, indiferentemente das condições físicas, psicológicas e sociais, uma educação de qualidade é o grande desafio. É ter presente que as crianças precisam de uma escola para aprender não somente para frequentar.

Segundo Mantoan (2007), existe uma necessidade de redefinir ações alternativas e práticas pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos, atualizando e desenvolvendo conceitos, atendendo as peculiaridades de cada um, isto é, que respeitando as suas diferenças ajudem-nas a se desenvolver e a aprender.

Com a educação inclusiva desencadeou-se a construção de uma cultura mais respeitadora, buscando a formação de cidadãos aptos a deixar de lado as barreiras do preconceito, percebendo cada ser humano como único, sejam meninos ou meninas, baixos ou altos, gordos ou magros, pobres ou ricos, de origem alemã ou italiana, negros ou brancos, índios, cegos, surdos, usando óculos, com aparelho no ouvido, com doenças crônicas, em cadeiras de rodas, todos passaram a ter os mesmos direitos.

Muitas vezes questionamos ou somos questionados se os alunos com necessidades especiais incluídos irão aprender ou não. Não temos nenhuma resposta concreta, mas, é importante ter presente as ideias de Mantoan (2007), de que o aluno aprende até o limite que ele consegue chegar, pois ele mesmo se adapta ao novo conhecimento permitindo uma construção intelectual. Ao professor cabe a empreitada de explorar possibilidades, através de atividades que lhes despertem interesse em realizar uma nova tarefa.

Para Paula e Costa (2007), a criança com deficiência não pode simplesmente ir para escola e ser colocada junto com os demais alunos. Ela precisa ser amparada por recursos que atendam e desenvolvam suas individualidades. Assim, ao mesmo tempo em que ela está frequentando a classe comum, têm direito de apoio pedagógico especializado em outro horário. Esse apoio recebe denominações diferentes, podendo ser conhecido como serviço de apoio pedagógico especializado, sala de apoio, sala de recursos ou ainda serviço de atendimento educacional especializado. Não importa a denominação, o que importa é que nesse espaço um professor especializado irá trabalhar para superar as dificuldades do aluno, fortalecendo seu aprendizado de forma que ele possa acompanhar e ter acesso às atividades do currículo desenvolvidas em sua turma regular.

Ser uma escola inclusiva, não é somente receber alunos com necessidades especiais, é desafiar a comunidade escolar a pensar diferente, abrindo espaços para as diversidades, para o diálogo, para a solidariedade, para a cooperação, respeitando e valorizando o ser humano, não se restringindo somente aos aspectos físicos, mas também aos sociais, no sentido de entender e conhecer as diferenças. Para Paula e Costa (2007, p. 10) "é uma escola construída sob o princípio da educação como direito de todos os cidadãos".

### **2.3 A Gestão Escolar no processo de inclusão**

Segundo Paula e Costa (2007), existem leis que preveem a garantia da acessibilidade nas escolas, por isso caso a escola receba educandos com necessidades especiais, ela precisa adaptar-se fisicamente e também pedagogicamente. Segundo a Portaria nº 1.679, de 02 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 1999, as instituições de ensino deverão disponibilizar recursos que facilitem a acessibilidade das pessoas com deficiência. Os requisitos mínimos previstos nesta lei são (MEC, 1999):

Alunos com deficiência física: Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo; reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços; construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas; adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Alunos com deficiência visual: Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo: máquina de datilografia braille, impressora braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno

com visão subnormal; lupas, régua de leitura; scanner acoplado a computador; plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em braille.

Alunos com deficiência auditiva: Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso: quando necessário intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando dá realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

O constante avanço da inclusão exige que as escolas modernizem-se, os professores também precisam melhorar e aperfeiçoar suas práticas pedagógicas, exigindo constante atualização e reestruturação. A Gestão Escolar tem uma importante função nesta tarefa, ela é a mediadora da inclusão, precisando buscar recursos para que os alunos com necessidades especiais sintam-se bem acolhidos no ambiente escolar. É importante que ela observe todo o espaço físico da escola percebendo se os alunos com deficiência têm condições de frequentá-la, circulando livremente, garantindo sua locomoção, autonomia e aprendizado.

Além de recursos materiais, segundo Freitas e Silva (2011, p.16), “a educação inclusiva requer preparo, leitura, reflexão, planejamento, sólida base teórica, empírica [...]”. A gestão escolar precisa motivar e promover ações para que educadores e funcionários busquem aperfeiçoamento, capacitação e qualificação que estimule e melhore a inclusão e, com isso sensibilizar os sujeitos envolvidos no ambiente escolar, orientando cada um para desempenhar um papel ativo neste processo. A esse respeito Baptista, assim, se manifesta:

A presença de alunos reconhecidamente “diferentes” no ensino comum pode contribuir para que os questionamentos sobre a real capacidade da escola e dos sistemas educacionais, no sentido de promover a educação dos alunos em geral (BAPTISTA, 2009, p. 91).

Avaliar a capacidade educacional da escola para que a mesma possa ser melhorada garantindo uma educação de qualidade é mais uma das tarefas do gestor

escolar, ele precisa ter conhecimento de como ocorre o processo de ensino aprendizagem em sua escola, caso não esteja de acordo, ele deverá buscar apoio junto aos professores para traçar novas metas que possam suprir este déficit.

É também papel do gestor escolar buscar apoio junto às Coordenadorias ou Secretarias de Educação para a criação de salas de recursos com professores especializados, bem como, buscar todo o apoio necessário para a garantia dos direitos de todos os alunos.

O Gestor é a base de sustentação para que o processo de inclusão se efetive. Ele precisa: encorajar os educadores a irem em frente, buscar apoio de todos os envolvidos da comunidade escolar para a construção de valores que respeitem as diferenças, bem como, planejar ações que efetivem políticas educacionais inclusivas, além de estimular o aprimoramento das práticas educativas.

Além disso, a Gestão Escolar deverá desenvolver ações pedagógicas, pautadas em uma gestão democrática que busque a transformação do contexto escolar. Para tanto, precisa liderar ações que favoreçam a educação inclusiva; conscientizando e desafiando os professores a construir atitudes inclusivas, que respeitem as diferenças dos educandos. Assim, a escola conseguirá cumprir com sua função social, efetivando uma relação harmoniosa entre alunos, pais, professores e funcionários.

## **2.4 Os Professores frente o desafio da inclusão**

Para os professores a inclusão é algo novo e muito desafiador. Eles precisam criar novas formas de planejamentos e definir estratégias que levem os alunos incluídos a socialização e a aprendizagem, no entanto muitos não sabem que atitude tomar; sabe-se apenas que devem ser ativos e responsáveis no papel da inclusão, respeitando cada aluno de acordo com a sua particularidade.

Os professores precisam estar cientes de que quando se fala de educação para todos, não queremos nos restringir somente aos incluídos, mas a todos os alunos que fazem parte de um grupo escolar e, que, precisam receber oportunidades para se desenvolverem, respeitando seus ritmos de aprendizagem, suas dificuldades e potencialidades.

Gostaria de compartilhar uma estória, publicada em um livro de Santos e Paulino (2006), que é elaborada com base em partes da estória infantil de Fernanda Lopes de Almeida, intitulada *O equilibrista*, na tentativa de refletir como a formação do sujeito professor pode estar relacionada ao processo de pensar, criar, valorizar e fazer a inclusão em educação.

*Era uma vez uma vez um equilibrista. Vivia em cima de um fio, sobre um abismo.*

Era uma vez um professor. Trabalhava em uma escola, onde diversos alunos tinham uma história parecida com a sua, de dificuldades financeiras, falta de apoio familiar, dificuldades de aprendizagem, entre tantos outros problemas.

*Tinha nascido numa casa sobre o fio. E já tinha nascido avisado de que a casa podia desmoronar a qualquer momento.*

Nada era garantido nesta escola, todos os outros colegas professores já estavam convencidos que não podiam fazer milagres, deviam dar suas "aulinhas". Quem participasse e compreendesse ótimo, e quem não conseguisse que a vida lhes desse uma sorte melhor.

*Acho que vou mudar* (disse o equilibrista)... (Aviso: esta casa está por um fio!)

O professor primeiro pensou em pedir transferência da escola e assim o fez, já que não tinha experiência no ensino para lidar com tamanhos problemas. Seus colegas de profissão já o tinham advertido que não adiantava fazer grandes coisas.

*Mas logo percebeu que não havia outro lugar para ele morar.*

Chegando à outra escola percebeu que está também tinha problemas, iguais, diferentes e semelhantes aos da escola anterior, não adiantava fugir. Pensou: 'Vou dar minhas aulinhas e ignorar as dificuldades'. Mas lembrou de sua juventude, dos problemas que enfrentará das mãos amigas que se estenderam, dos antigos bons e maus professores que lhe serviram de referência para ocupar a posição atual. Então decidiu que não poderia abandonar os problemas.

*O equilibrista era bem jovem quando descobriu que ele mesmo é que tinha que ir inventando o que acontecia com o fio. Meu Deus! Que responsabilidade!*

Para o aluno que não participava das atividades, matava aula e não prestava atenção o professor criava uma estratégia diferenciada. Para os alunos que enfrentavam problemas de aprendizagem, ministrava aulas de recuperação paralela, trabalho em grupos, procurava ajuda, orientação e apoio com os demais colegas.

*Se queria ter uma festa, tinha que fabricar a festa com o fio. Não há nenhuma festa para as pessoas ali da esquina. Não? Então vou fazer uma. (Convite para minha festa. Eu que fiz)*

Mostrava seu trabalho, contava sua história e provava que com um pouco de trabalho, sensibilidade e criatividade, ele e os outros professores poderiam mudar a história de diversos alunos.

*O equilibrista ficava um pouco assustado com a conversa dos desequilibristas.*

Porém alguns professores, quando ouviam o que o professor dizia, ficavam encantados com tamanha dedicação, mas ignoravam os objetivos. Outros achavam perda de tempo, pois só os alunos poderiam mudar seus destinos, sendo papel do professor somente dar aula sobre os conteúdos preestabelecidos – seriam estes os professores desequilibristas?

*Mas o equilibrista desenrolava seu fio o melhor que podia.*

O professor acreditava que assim como foi sua história, a história dos alunos também podia ser diferente e continuou investindo no seu trabalho, em suas experiências e formação acadêmica.

*De vez em quando o equilibrista dava uma paradinha e olhava para trás: --- Puxa! Meu chão fui eu mesmo que fiz!*

Logo o professor percebeu que tinha alicerces para construir diferentes tipos de trabalho e atender diferentes necessidades de seus alunos. E como aconteceu com ele seus alunos tinham chance de almejar vários tipos de inserção social e ser aceitos indiferentemente do que os outros acreditassem que fossem. Ser incluídos educacional e socialmente, e não excluídos com base em julgamentos e estereótipos preconcebidos.

*Um as pessoas concordavam. Outras não.*

Mas o professor acreditava, pelo percurso de vida e formação que enfrentou, que para construir uma sociedade mais igualitária e menos excludente, ele tinha que fazer a parte dele, e não se limitar ao fracasso, antes de tentar o sucesso.

*O Equilibrista deu um risinho: ---- Justamente o interessante é que cada um acha o que quer. (SANTOS; PAULINO, 2006, p. 62-64)*

A estória acima deixa claro o desafio que a inclusão impõe em nossas tarefas cotidianas de sala de aula. A responsabilidade é muito grande, e também cheia de tropeços, precisamos ser persistentes para superarmos as barreiras impostas.

Para se trabalhar com alunos com deficiência é importante que os professores tenham a sensibilidade de olhar e acreditar nas potencialidades e possibilidades de cada um, muito antes de enxergar suas dificuldades, ou mesmo determinar que um aluno não vá aprender devido à sua deficiência (FREITAS; SILVA, 2011, p. 16).

Acreditar no crescimento do aluno é acreditar que é possível promover a inclusão, é preciso motivá-lo para aprender. Em momento nenhum os medos, angústias e inseguranças do educador poderão ser percebidas pelo educando. É preciso, segundo Freitas e Silva (2011 p. 16), "acima de tudo, se dispor a trabalhar com esses alunos, além da pedagogia, com a alma e o coração". É dar o melhor de si, num trabalho desgastante, mas que ao mesmo tempo é gratificante, pois aqueles olhinhos que brilham são sinal de esperança e satisfação pelo reconhecimento de estar sendo membro ativo de um grupo, no qual acontece uma troca de experiência e aprendizagem impar.

## **2.5 Políticas públicas que contemplem a inclusão**

A inclusão vai muito além do contexto escolar, frequentemente as mídias trazem reportagens de pessoas que são bem sucedidas devido à garra e a força de vontade de lutar contra o preconceito. Estudaram, pesquisaram, especializaram-se, conquistando seu espaço. A esse respeito Castilho (2008, p.53) se manifesta: “o tema educação inclusiva inicialmente parecia estar adstrito ao ensino fundamental, como se as pessoas com deficiência não passassem dele. Entretanto, foi só dar a oportunidade e elas chegaram aos cursos superiores”.

As universidades estão buscando o aperfeiçoamento necessário, para receber esta nova clientela. Segundo Costa (2007), as discussões a cerca da inclusão chegaram ao campo universitário, na preparação de espaços físicos e pedagógicos para receber as pessoas com necessidades especiais para a formação acadêmica e, também, na preparação didática de profissionais para trabalharem com estes educandos.

Considerando todo esse avanço no atendimento a pessoa deficiente, é importante refletir sobre o direito que assiste a todo o ser humano de decidir qual a melhor maneira de viver e de conviver com o outro, sem que para isso tenha que ser igual ao outro, pois é um direito e deveria ser respeitado por todos sem exceção. (PINTO; PAVÃO, 2007, p. 35)

Na década 90 tivemos sim, muitos avanços em relação á inclusão, principalmente no campo educacional. As escolas, as universidades fizeram o possível para dar a estes o direito de aprender, sabe-se que os recursos continuam escassos, mas não se mediram esforços para que os educandos pudessem sentir-se acolhidos em escolas e universidades.

A inclusão ultrapassa a barreira educacional, não são somente as escolas que precisam adequar-se, mas toda a sociedade, dando a estas pessoas o direito de ir e vir, sem obstáculos. Em 2000, o censo demográfico do IBGE apontou que 14,5% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência. Onde estão estas pessoas? Estão por aí. Será que é bem assim? É claro que não, pois, acontece que boa parte delas não tem a acessibilidade necessária para poder se locomover, vejamos os ambientes ao nosso redor. As calçadas têm guias rebaixadas para cadeirantes? A travessia de pedestres é sinalizada? Existem semáforos sonoros para os cegos, pontos de ônibus que permitam o embarque seguro? As calçadas são conservadas e livres de canteiros, buracos, postes, orelhões? Para nós

“normais” isso não faz diferença nenhuma, mas para os especiais são grandes obstáculos.

É preciso incentivar e melhorar as políticas públicas voltadas para a criação de condições de acessibilidade, nas ruas, nos transportes públicos, em utensílios e espaços projetados, na construção de rampas ou instalação de elevadores e muitas outras utilidades. Em relação à escola precisamos ter clareza que ela sozinha não tem condições de construir uma sociedade inclusiva. Ela precisa de apoio de políticas públicas convincentes, dando a cada cidadão o direito de liberdade e autonomia. O decreto nº 3.298 publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999) no capítulo I, artigo 2º garante que os órgãos e às entidades do Poder Público assegurem à pessoa com de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos. Entre os quais podemos destacar: os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. No entanto, sabe-se das dificuldades em que a população enfrenta para fazer valer seus direitos.

As leis existem, mas na prática não é tão fácil assim, nem sempre a acessibilidade está garantida, temos vários municípios que até mesmo os prédios públicos, por exemplo, prefeituras, são de difícil acessibilidade, com enormes escadarias e obstáculos. Algumas atitudes já estão sendo efetivadas, mas muito se tem por fazer.

Outro aspecto que pode demonstrar que nem sempre as políticas públicas cobrem as necessidades da população atendida é verificarmos a existência das salas de recursos. Apesar da importância deste recurso, que objetiva dar ao aluno com deficiência auditiva, visual, física e neurológica um apoio extraclasse, que auxilia no rendimento e no acompanhamento curricular dos alunos com deficiência, poucas escolas têm disponibilidade.

Faz-se necessário saber, que a inclusão não tem receita pronta, ela em si não é encontrada em manuais. Ela acontece na convivência diária, no esforço de cada um em levar adiante tão importante ação. A educação já está fazendo sua parte, mas precisa de apoio e de políticas públicas que coloquem em prática planejamentos e atitudes que ajudem a equacionar os problemas enfrentados pelas

peças com deficiência. “Primeiramente é preciso considerar que a deficiência não é uma doença e, portanto, não se trata de curá-la. A deficiência é uma condição com a qual o indivíduo deve aprender a conviver” (PAULA; COSTA, 2007 p. 21). E, para aprender a conviver ele precisa ter condições que sejam favoráveis as suas necessidades. Inclusive que a pessoa com necessidades especiais quando assim se fizer necessário, que recebam acompanhamento médico, de acordo com sua peculiaridade, auferindo-lhes a atenção e os cuidados fundamentais para que ele possa desenvolver suas capacidades, e, se for o caso, que lhes auxiliem na busca de uma reabilitação.

Segundo a cartilha A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva (2007), o processo de reabilitação sabe-se, é bastante trabalhoso, exige muito empenho e dedicação, ele é garantia de que a pessoa com deficiência possa buscar, dentro de suas possibilidades, uma vida mais independente, melhorando a função motora dos braços, das pernas, dos músculos, utilizando melhor os órgãos dos sentidos como a visão e audição. Portanto, a família, a escola e os profissionais de reabilitação, médicos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e psicólogos, são grandes aliados da inclusão, daí a importância de um trabalho integrado em que os esforços sejam somados em benefício do bem estar da pessoa com deficiência.

O processo de inclusão é muito importante para toda a sociedade, pois qualquer pessoa em determinado momento poderá precisar de tratamento especial, sendo por um curto espaço de tempo, até que se tenha uma recuperação ou ainda por tempo indeterminado. Precisamos pensar numa reestruturação da sociedade, em políticas públicas que busquem a eliminação de barreiras, abrindo espaço para todos os seres humanos usufruírem de seus direitos de cidadania.

A inclusão traz inúmeros benefícios, nos torna mais afetivos, interativos, aceitando a convivência social com o diferente, que já não é mais tão diferente assim, aprendemos com as diferenças, não na inferioridade, mas no respeito às diversidades.

### 1.3 Metodologia

O desenvolvimento desta pesquisa foi realizada a partir de uma pesquisa de campo, que segundo Franco (1985) é uma pesquisa que se limita a descrição factual, no qual se estuda um determinado grupo, comunidade ou instituição. Em relação à abordagem optou-se pela pesquisa qualitativa, pois, segundo Teixeira (2009) ela permite que o pesquisador procure reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, além disso, ela permite que se utilize mais de uma fonte. Como fonte de dados da pesquisa em questão utilizou-se dados relevados por professores e gestores das escolas estaduais e municipais de Constantina/RS e Novo Xingu/RS que tem alunos incluídos. Quanto às técnicas de coleta de dados aplicou-se um questionário para os gestores e professores das escolas envolvidas com o objetivo de averiguar como os gestores e professores estão lidando com a educação inclusiva, bem como perceber se a escola tem as condições necessárias para que os alunos com necessidades especiais sintam-se confortáveis e acolhidos e, a educação inclusiva realmente se efetive. Aproveitou-se o momento da entrega do questionário na escola para a realização das observações, in loco, para verificar as condições de acessibilidade dos alunos no ambiente escolar, bem como, as condições materiais necessárias a execução do trabalho de inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais das escolas investigadas, tais como: sala de recursos, aparelhos necessários ao trabalho com alunos surdos ou deficientes visuais, etc.,

Os dados foram coletados nos meses de junho e julho de 2011 em sete escolas, sendo que quatro estão localizadas no município de Novo Xingu/RS e, três no município de Constantina/RS. Na coleta de dados, participaram onze gestores e vinte e sete professores.

A análise dos dados fez-se a partir dos objetivos traçados, buscando extrair significados das falas dos sujeitos envolvidos e das observações realizadas pela pesquisadora, para daí capturar a essência do processo de inclusão escolar nos municípios anteriormente mencionados.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a pesquisa de campo foram visitadas sete escolas localizadas nos municípios de Novo Xingu/RS e Constantina/RS, sendo que quatro destas escolas localizam-se no perímetro urbano e três no perímetro rural. Destas escolas três pertencem a Rede Pública Estadual e quatro a Rede Pública Municipal. Para que seja preservada a identidade das escolas elas serão denominadas como escolas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

A Escola 1 está localizada no perímetro urbano, é mantida pelo Estado, e atende a partir do quinto ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Tem acesso facilitado, tendo rampas de acesso e corrimãos. Possui sanitários feminino e masculino especiais, com portas alargadas e barras de apoio dando acesso facilitado para cadeirantes. As salas de aulas são bem espaçosas. Mesmo assim, a escola não estaria preparada para receber alunos com qualquer deficiência, no caso de receber alunos com dificuldade visual, teria que buscar adaptações, pois possui muitas barreiras e não tem sinalização. Conta com poucos recursos pedagógicos, não possui sala de recursos, os alunos recebem aulas de reforço e recuperação paralela uma vez por semana na biblioteca da escola, sendo que as atividades são deixadas pelo professor titular para que outro as aplique.

A Escola 2 localiza-se na zona rural. Trabalha com alunos de educação infantil até quinto ano do ensino fundamental. Sua entidade mantenedora é o Município. A escola não tem as mínimas condições para receber alunos com necessidades especiais físicas, pois para chegar à escola tem-se que subir uma escadaria de no mínimo dez degraus, não tem rampas de acesso, nem elevadores, somente corrimões de apoio. Não possui banheiros especiais, nem portas alargadas. As salas de aulas são bastante espaçosas, no entanto, não possui sala de recursos. Está previsto que a partir do segundo semestre deste ano os alunos participarão de oficinas de acompanhamento extracurricular.

A Escola 3 é uma escola municipal e está localizada da área urbana do município. Trabalha com alunos de educação infantil até o terceiro ano do ensino fundamental. Ela foi construída recentemente, por isso tem toda sua estrutura adaptada para receber alunos com necessidades especiais. Entretanto, ainda não

possui sala de recursos. Cabe destacar que os alunos participam de oficinas que trabalham a individualidade de cada um.

A Escola 4, é a maior de todas as escolas visitadas, atua com alunos do quinto ano do ensino fundamental ao ensino médio, é uma entidade estadual. Não tem as mínimas condições de receber alunos com necessidades especiais físicas. Tem uma estrutura muito antiga e não recebeu nenhuma adaptação nos últimos anos. As salas de aula são pequenas para a demanda de alunos matriculados. Os alunos não têm nenhum tipo de atendimento extracurricular.

A Escola 5 trabalha com alunos de educação infantil até o quinto ano do ensino fundamental, está localizada no perímetro urbano e é mantida pelo Estado. A escola possui rampas de acesso, mas segundo o Gestor, não recebeu nenhuma adaptação após sua construção. Não tem banheiros especiais, nem corrimãos, as salas são bem espaçosas. Tem condições precárias para receber alunos com necessidades especiais. A escola possui oficinas de apoio que são frequentadas pelos alunos em turno inverso para trabalhar as dificuldades apresentadas em sala de aula. Não possui sala de recursos.

A Escola 6 é uma escola municipal, localiza-se no perímetro urbano, oferece o ensino fundamental completo e educação infantil. Está bem adaptada para a inclusão, possui toda a estrutura adequada para tal, o que ainda não foi melhorado está projetado para que seja executado ainda neste ano. É a única escola que tem sala de recursos com professor formado em educação especial para dar apoio aos alunos.

A Escola 7 localiza-se na zona rural, é mantida pelo Município, e oferece desde a educação infantil até o quinto ano do ensino fundamental. Tem condições de receber alunos com necessidades especiais, pois tem uma infraestrutura voltada para a acessibilidade. Não possui sala de recursos, mas disponibiliza aulas de reforço em turno inverso.

De acordo com os Gestores das escolas 3,4 e 6 o preconceito em relação à inclusão ainda é muito preocupante, principalmente por parte dos pais, que não aceitam as necessidades especiais dos filhos, deixando de buscar ajuda especializada. A maioria dos alunos não tem deficiência comprovada, pois a família nega-se a procurar atendimento especializado para fazer os exames.

As dificuldades de aprendizagem são o que mais se apresenta entre os educandos dessas escolas. Com destaque para a hiperatividade e dislexia. Segundo

o site Wikipédia (2011), as crianças com hiperatividade apresentam um déficit de atenção, de inquietude e impulsividade, podendo apresentar problemas de linguagem, memória e de coordenação motora. A dislexia consiste na dificuldade de aprendizagem para decodificação das palavras, apresentando dificuldades na leitura e escrita.

Cada uma das sete escolas tem pelo menos um aluno que apresenta alguma dificuldade em relação à aprendizagem, além destas temos ainda comprovação de alunos com deficiência física, em que o aluno apresenta dificuldade de locomoção devido à paralisia infantil; com deficiência auditiva, com perda total da audição prejudicando também a fala; com deficiência mental ou intelectual, apresentando paralisia cerebral e síndrome de down.

As escolas não medem esforços para que seja possível a inclusão destes alunos nas turmas de ensino regular, para o Gestor da escola 3, “a Constituição Federal Brasileira é clara e assegura o direito de inclusão ao aluno com necessidades especiais”. Mas incluir não é apenas matriculá-lo numa turma regular, é oferecer condições para que o mesmo progrida e possa sentir-se acolhido e valorizado pela instituição e pelo grupo. Segundo o Gestor da escola 5, “para permitir que o aluno especial possa frequentar as aulas regulares, lhes são oferecidas, em turno inverso, atividades diferenciadas para auxiliá-lo na compreensão dos conteúdos estudados”.

Percebe-se no questionário dos gestores que apesar dos anos que vem se estendendo as discussões acerca da inclusão de alunos com necessidades especiais, a questão ainda é bastante polêmica, as escolas dizem não ter condições pedagógicas para recebê-los. O gestor da escola 3 nos exemplificou uma situação “se fosse o caso de recebermos alunos com dificuldades visuais seria quase impossível, pois a maioria dos professores nunca trabalhou ou recebeu algum material em braille e a escola também não têm nenhum recurso disponível para tal dificuldade”. Isso vem confirmar que para que a inclusão aconteça de fato não basta a Legislação exigir, as políticas públicas precisam viabilizar a sua efetivação, sob pena de estarmos praticando um discurso vazio.

É notória a preocupação da Gestão Escolar em oferecer melhores condições aos alunos com necessidades especiais, mas as escolas não têm recursos financeiros para fazer todas as adaptações necessárias para a acessibilidade, deste modo, as mesmas vão sendo feitas de acordo com a demanda de necessidade dos

alunos. Um fato interessante é que as Escolas Municipais estão mais bem estruturadas para a educação inclusiva, já as Escolas Estaduais tem menos adaptações e as que têm tiveram que fazê-las com recursos próprios. Esse fato, mais uma vez, reforça a ideia que as políticas de inclusão repercutem como sendo responsabilidade da escola e dos professores, mas a muito que ser feito principalmente ao que compete ao poder público.

Segundo os Gestores das escolas pesquisadas os recursos materiais e pedagógicos são pouquíssimos, no entanto, no que tange a preocupação dos professores em realizar um trabalho de real significância para estes alunos observa-se que eles “tem participado de cursos de capacitação e profissionalização” com objetivo de “aprimorar seus conhecimentos, buscando mais preparação e qualificação para trabalhar com estes alunos”.

Apesar de fazer parte da legislação, somente uma Escola possui sala de recursos com professor especializado para trabalhar com a educação especial. Este dado é assustador, pois este é um importante recurso na educação inclusiva, tanto para o educando como para o educador, é o espaço que é disponibilizado para se trabalhar a individualidade, direcionando para as dificuldades apresentadas.

De acordo com os Gestores das escolas 1, 2, 3, 4, 6 e 7, “os alunos possuem atendimento extracurricular, através de oficinas, em aulas de reforço ou recuperação paralela”; assim vão “reforçando o que foi estudado em sala de aula, de forma um pouco mais parcial” isto é, de acordo com suas necessidades; Em geral, essas atividades acontecem em turno inverso para os alunos que apresentam dificuldade de aprendizado. Desta forma, “apesar de não terem salas de recursos procura-se dar apoio pedagógico a estes alunos, não tão direcionando, mas que já contribui para o seu aprendizado”. Mais uma vez os Gestores das escolas demonstram que as escolas estão comprometidas com a causa inclusiva, mesmo que as condições estruturais ainda deixem a desejar.

Um ponto relevante da educação inclusiva nestas escolas é a parceria existente com as Secretarias de Saúde. Através dessa parceria estão desenvolvendo um trabalho que beneficia a reabilitação dos alunos, oferecendo aos mesmos atendimento médico, psicológico e fonoaudiólogo gratuito. Segundo o Gestores das escolas visitadas, “o grande empecilho é que alguns educandos, com pouco apoio familiar, acabam desistindo das terapias”.

Para os Professores, a inclusão não é uma tarefa fácil, é preciso buscar métodos que contribuam para o aprendizado de todos os alunos, sem discriminação de nenhum. Sentar estes alunos na primeira fila é uma tática utilizada por quase todos, pois, assim, conseguem-se acompanhar melhor seu desempenho. Além disso, os trabalhos em grupo são muito utilizados, pois é uma forma de fazer com que os alunos se ajudem, trabalhos manuais, visuais e jogos também são muito atrativos, despertando mais interesse e motivação. Procuram também dar um atendimento mais individualizado, explicando mais de uma vez, destacam que falar alto e devagar é muito importante, principalmente ao trabalhar com alunos com deficiência auditiva, pois sua comunicação é baseada na leitura labial.

Alguns Professores também destacaram a “importância de elogiar e valorizar o aluno, despertando nele mais motivação e interesse de aprender”. Enfatizam, ainda, a importância de trabalhar as diferenças das pessoas, ressaltando que cada uma é importante para a sociedade, buscando a construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

As diferenças dos alunos com necessidades especiais, segundo os Professores, são mais perspectiveis nos saberes científicos, a maioria deles tem muita dificuldade, não tendo condições de acompanhar. Isso gera muita revolta e desmotivação, por isso é importante realizar estas atividades de forma conciliada ou seguidas de atividades nas quais eles se destaquem.

Para alguns Professores, muitas vezes o aluno com necessidade especial, “aproveita-se da dificuldade de aprendizado para não realizar as atividades”, sendo que “ele mesmo acaba se excluindo”, “não prestando atenção nas explicações somente para chamar atenção dos outros”. No entanto, reconhecem que “não se pode generalizar,”, pois “tem aqueles que são muito esforçados e lutam para acompanhar os colegas”.

A inclusão é um processo muito trabalhoso e exige muito do professor. Ele precisa quebrar o tabu da impossibilidade e da incapacidade que o aluno já traz de casa, incentivando-o e motivando-o a superar suas próprias dificuldades. Além disso, precisa fazer com que os colegas tenham um aprendizado coerente com a série que estão sem deixar de dar atenção a quem tem dificuldade. Para tanto, necessita buscar atividades que integram a todos independente do grau de dificuldades e/ou de capacidades dos alunos, e, isso não é fácil, até porque há diferenças no trato, tanto pessoal quanto pedagógico, com cada criança em

especial. Além disso, há algumas deficiências que impõem alguns limites, por isso o professor precisa ter jogo de cintura para que não ocorra discriminação na sala de aula.

Segundo os Professores, sujeitos da pesquisa, entre os problemas da inclusão está a questão “da faixa etária dos alunos”, pois “muitos estão atrasados em relação aos alunos regulares”, outros “são repetentes ou entram mais tarde na escola”. Sendo assim, na sua grande maioria os alunos incluídos são mais velhos que os demais colegas o que “muitas vezes gera conflito”, ou ainda “estão em séries adiantadas em relação ao conhecimento que detém não acompanhando o grau de instrução dos demais alunos da classe”. Numa outra direção os educadores reconhecem que um avanço importante no processo de inclusão é a “boa socialização dos incluídos com os colegas”, “a maioria deles compreende as dificuldades, oferecendo ajuda e apoio”, “nos intervalos e confraternizações o aluno incluído procura ficar junto com seus colegas, pois é lá que ele se sente protegido e amparado”. Alguns Professores, também, destacaram que “o isolamento na sala de aula é normal quando lhe são entregues as notas das avaliações, neste momento ele mesmo percebe que não tem a mesma capacidade dos demais, tendo que na maioria das vezes repetir - lá ou ficar com nota bem menor que a dos colegas”. De acordo com os educadores, “as principais dificuldades destes alunos estão relacionadas à leitura, a escrita, a expressão oral, as noções matemáticas e de interpretação”.

Já os alunos com dificuldades físicas, possuem rendimento normal, mas “acabam ficando agressivos por serem limitados em muitas brincadeiras e atividades, são muito revoltados quando o assunto é a disciplina de educação física”. E, na visão dos Professores entrevistados, “muitos alunos destacam-se em atividades cotidianas, comentam muito em sala de aula sobre as atividades realizadas em casa, no manuseio agrícola ou afazeres domésticos, alguns se destacam no esporte, outros nas expressões artísticas”. “Não possuem dificuldades em realizar cópias, pois exige pouca concentração”. “Muitos se impõem pela força, tornando-se agressivos”.

Para os Professores, “a inclusão ainda é um dilema, pois a falta de formação e recursos traz a insegurança e o medo, não sabendo quais atitudes tomar frente aos alunos”. Seria importante que houvesse cursos de formação continuada, tendo na sala de aula apoio de monitores para assessorar os alunos em suas dificuldades,

ter domínio do braille e saber a linguagem dos sinais também é fundamental, principalmente quando se trabalha com a alfabetização. No sentido da preparação dos professores e das condições de apoio ao trabalho pedagógico, ainda há muito no que avançar para que o processo de inclusão se efetive oferecendo educação de qualidade.

Um grande avanço produzido pela educação inclusiva, com reflexos na sociedade civil, é a aceitação do diferente, como é gratificante para o aluno especial e para sua família saber que ele é bem aceito na sociedade; que ele pode ir para a escola, receber atenção, carinho, ser respeitado. Como é bom saber que eles sentem-se membros da sociedade, tendo direitos iguais ao qualquer outro indivíduo. A educação inclusiva já é uma realidade em nossas escolas, as barreiras existem, mas temos em nossas escolas gestores e professores que são grandes guerreiros, que trabalham, para além da razão, levando consigo muito amor e uma parcela de doação.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um grande desafio para as escolas brasileiras, de um lado temos uma legislação que prevê a educação como direito de todo e qualquer cidadão, de outro temos professores e gestores com pouca experiência e escolas com poucos recursos.

As barreiras da inclusão foram muitas, mas de forma alguma as escolas deixaram de receber estes alunos. Com o pouco que se tinha, mas com muita garra e determinação foi se construindo escolas para todos. Buscou-se amparar os alunos com necessidades especiais, desenvolvendo a partir de suas limitações o processo de ensino aprendido.

Desempenhar papel de tamanha responsabilidade confere uma tarefa que, por vezes não é muito fácil. No entanto, é preciso que nós, educadores, nos desafiamos cotidianamente a repensar o que estamos fazendo para ajudar a superar barreiras à aprendizagem que qualquer aluno possa experimentar. De qualquer forma, quando obtemos sucesso descobrimos abordagens de ensino que poderemos reutilizar. E, se não funcionarem, é preciso que não desistamos na primeira, e sim que nos empenhemos em descobrir a razão do fracasso para poder mudar a abordagem e ver se fazemos a diferença. Santos (2003 apud SANTOS; PAULINO, 2006, p. 65)

É o desejo da diferença que nos move, é a busca por justiça, respeito e valorização das diversidades. Por quantas vezes pensamos em desistir, mas o coração não nos deixa, os frutos da educação inclusiva nos comovem, como é bom ver aquele “grito” de comemoração por ter realizado uma atividade, por mais simples que ela seja. Isto só ocorre por que alguém lhe oportuniza a fazê-la.

Dizer que a educação inclusiva está perfeita é faltar com a verdade, mas podemos dizer sim, que por parte das escolas, em especial, dos gestores e dos professores, já evoluímos muito; não temos muitos recursos, mas estamos fazendo a nossa parte. No entanto, percebemos que seria muito bom se as políticas públicas voltadas para a inclusão já tivessem evoluído tanto quanto as escolas. Certamente não teríamos mais problemas com transportes públicos, de acessibilidade em espaços públicos e, talvez, até as escolas já tivessem disponível em seus estabelecimentos as tão sonhadas salas de recursos.

Ao visitar as escolas para a pesquisa de campo foi perceptível que a maioria

delas está se adequando a educação inclusiva, os alunos ali matriculados não são mais vistos somente como mais um, eles são a concretização de um sonho, são a garantia de que existe uma educação para todos. Aceitá-los é uma obrigação legal, mas buscar métodos que realmente o façam aprender é um desafio que somente quem realmente se empenha consegue.

Os gestores que ouvimos deixam claro que entendem a pertinência da exigência legal da inclusão escolar de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino regular e, reconhecem que as escolas estão fazendo plenamente sua parte, mesmo com alguns entraves produzidos pela não implementação das políticas públicas destinadas a viabilização de tal compromisso.

Os professores, sujeitos da pesquisa, em momento nenhum deixam de demonstrar seus medos e inseguranças pela falta de qualificação e de recursos, mas mesmo assim estão se empenhando e cumprindo com seus deveres. A luta pela inclusão não pode parar, é preciso continuar lutando para dar melhores oportunidades a todas as pessoas.

A inclusão escolar como forma de superação de obstáculos ao saber já é uma realidade nas escolas investigadas, embora continue desafiando os gestores escolares para que busquem, com mais veemência, possibilidades de formação continuada para seus professores tornando suas escolas muito mais inclusivas do que já são. No que tange as políticas públicas, ainda, há um enorme caminho a ser trilhado, no entanto, há que se reconhecer que alguns passos já foram dados, principalmente, em relação à implementação da acessibilidade na maioria das escolas municipais. Nas escolas estaduais as dificuldades em relação à acessibilidade são maiores que nas municipais, o que nos leva a pensar que o Sistema Estadual de Ensino, em relação à inclusão, tem um compromisso ainda a ser cumprido. Quanto à implementação das salas de recursos e a busca dos recursos pedagógicos destinados ao atendimento especializados ao trato com as diversas deficiências, as políticas públicas ainda devem uma maior atenção nesses municípios.

Assim, pode-se dizer que o processo de inclusão já avançou muito, já está superando obstáculos, pois já nos fez ver “a diferença” com “outros olhos”, olhos que não veem o diferente tão diferente assim. Que bom que podemos conviver com estas pessoas, que bom que elas são aceitas pela sociedade. A poesia “No meio do caminho”, escrita por Carlos Drummond de Andrade em 1930, pode servir para os

especiais com um grito de liberdade e nós educadores fomos os fiéis escudeiros que abriram caminhos e oportunidades a estas pessoas.

“No meio do caminho tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
tinha uma pedra  
no meio do caminho tinha uma pedra.  
Nunca me esquecerei desse acontecimento  
na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no meio do caminho  
no meio do caminho tinha uma pedra.”

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. D. No Meio do Caminho. Jornal de poesia. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/drumm2.html>>. Acesso em 02 de agosto de 2011.

ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva: Fundamentação Filosófica**. 2. Ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 28 p.(Programa Educação Inclusiva:Direito à Diversidade),

BAPTISTA, C.R (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. 1ªReimpressão. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 01 de agosto de 2011.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em 01 de agosto de 2011.

CASTILHO, E. W. V. Opinião. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 51-58, jan./jun. 2008.

CORDE. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. 2. Ed. Brasília: CORDE, 1997.

COSTA E. C. Eixos de acessibilidade:caminhos pedagógicos rumo à universidade inclusiva. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, a.III, n. 4, p. 16-21, jun. 2007.

DISLEXIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Dislexia>>. Acesso em 03 de agosto de 2011.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento educacional especializado**. Aspectos legais e orientações pedagógicas. São Paulo: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, 2007.

FREITAS, N. N. L.; SILVA, P. M. A inclusão na sala de aula e a formação docente. **Mundo Jovem**. Porto Alegre, ano 49, n. 418, p. 16, jul. 2011.

HIPERATIVIDADE. Disponível em:  
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Hiperatividade>>. Acesso em: 03 agos 2011.

MACEDO, Lino. **Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MANTOAN, M. T. E. Pró-Inclusão. Todos juntos numa nova escola. São Paulo: 2007. Disponível em:  
< <http://www.pro-inclusão.org.br/textos.html/>> Acesso em: 02 agos 2011.

MEC. Portaria nº 1.679, 2 de dezembro de 1999. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf)>. Acesso em 01 de agosto de 2011.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: Contextos Sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

PAULA, A. R.; COSTA, C. M. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2007.

PINTO D. O.; PAVÃO S. M. O. Assistência às pessoas com deficiência e o paradigma da inclusão. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília,, a.III, n. 4, p. 30-35, jun. 2007.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão em Educação: Culturas, políticas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. C. D. Educação inclusiva: direito inquestionável. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 51-53, jul./out. 2008.

TEIXEIRA, E. **As Três Metodologias: acadêmica, das ciências e da pesquisa.** 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses:**MDT. 7ªed. rev. e ampl. Santa Maria: Editora: UFSM, 2010.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1 – ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES

### Observações a serem feitas nas escolas visitadas

1. A escola é de fácil acesso a todos?

---

---

---

2. A escola possui:

- ( ) Rampas de acesso
- ( ) Banheiros Especiais
- ( ) Portas alargadas
- ( ) As salas são espaçosas
- ( ) Barras de apoio

3. A escola possui condições para receber alunos com necessidades especiais?

---

---

---

## ANEXO II – QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

### Questionário aplicado ao professor titular da turma com aluno incluído

1. Qual a metodologia utilizada para trabalhar com os alunos com necessidades especiais que estão incluídos em turmas de ensino regular?

---

---

---

---

2. Qual é a capacidade de aprendizado dos mesmos?

---

---

---

---

3. Como é o relacionamento do aluno incluído com os demais colegas?

---

---

---

---

4. Ele é discriminado em sala de aula?

---

---

---

5. Qual é o tipo de deficiência apresentada? E as suas dificuldades?

---

---

---

---

---

6. Quais as atividades em que ele mais se destaca?

---

---

---

---

7. Ele possui acompanhamento médico e psicológico?

---

---

---

8. Ele possui acompanhamento extracurricular? Qual?

---

---

---

---

### ANEXO III – QUESTIONÁRIO AOS GESTORES

#### Questionário aplicado a Gestão Escolar das escolas

1. A escola possui capacidade física e pedagógica para receber alunos com necessidades especiais?

---

---

---

2. A escola possui alunos com necessidades especiais?

---

---

---

3. Eles estão incluídos em turmas de ensino regular?

---

---

---

4. A escola precisou adequar-se para receber estes alunos?

---

---

---

5. A escola possui sala de recursos?

---

---

---

6. O que é necessário para que ocorra a Educação Inclusiva?

---

---

---

7. Os professores têm a formação necessária para atender alunos com necessidades especiais?

---

---

---

8. O que é necessário para melhorar a Educação Inclusiva de sua escola?

---

---

---